

LIBERDADE: O INDIVÍDUO E O LIVRE-ARBÍTRIO

ZACARIAS PIRES PEREIRA

Discente de Filosofia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

zacariasletras@hotmail.com

*O homem é uma intersecção entre dois mundos: o real e o ideal.
Pela liberdade humana, os valores do mundo ideal podem atuar sobre o mundo
real.*

(Nicolai Hartmann)

Resumo: Este texto aborda a questão da liberdade humana na prática do livre-arbítrio como ponto de partida para a afirmação da identidade. As proposições aqui levantadas partem do conceito de livre-arbítrio em Santo Agostinho e a questão da liberdade analisada por alguns autores, em especial: Marilena Chauí, Michel Malherbe, Paulo César e Gerson Bartelli. O livre-arbítrio será visto como a manifestação da liberdade humana, sendo tal liberdade uma das mais expressivas formas de manifestação da racionalidade. A razão será apresentada como um meio de expressão da liberdade e o seu bom ou mal uso é o que fará a diferença quanto na prática das ações de cada indivíduo. Não se espera esgotar as discussões em torno da temática, uma vez que a mesma é carregada de complexidade, dado as diferentes posições em torno do tema de relevante valor existencial.

102

Palavras-chaves: Razão. Liberdade. Livre-arbítrio.
Responsabilidade

1 Introdução

A liberdade é uma das mais importantes aspirações do ser humano, pois uma vez que o 'ser-aí' busca sua plena realização afim de 'torna-se', ela, a liberdade, é fundamental para tal conquista, portanto um fator indispensável. Só pode 'tornar-se' quem estiver livre para romper as amarras que o prendem, sendo a liberdade manifesta pelo livre-arbítrio o caminho para tal realização.

A liberdade humana não é plena, pois somente o Ser (Deus) possui total liberdade. Por meio do livre-arbítrio e atitude moral o homem pode,

responsavelmente, exercer sua liberdade, uma vez que essa é uma necessidade humana que deve ser exercida com racionalidade e objetividade, afim de que cada um seja responsabilizado por seus atos perante os homens ou o Criador

2 livre-arbítrio e moral: liberdade com responsabilidade

O bem comum deve ser almejado por cada indivíduo pertencente a qualquer sociedade, pois para que uma sociedade funcione bem é necessário que todos se empenhem para sua constante afirmação, agir pensando no todo é fator primordial. Tais atitudes serão possíveis por meio do uso correto do livre-arbítrio manifesto na liberdade com responsabilidade. Pensando nessas possibilidades,

Duas condições são exigidas para fazer o bem: um dom de Deus que é a graça e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio não haveria problemas; sem a graça, o livre-arbítrio (após a queda original) não quereria o bem ou, se o quisesse, não conseguiria realiza-lo. [...] Esse poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade (AGOSTINHO, 1995, p. 18).

103

O que se depreende dessas afirmações é que tanto a graça, ou o favor divino, como o livre-arbítrio levam o homem a experimentar a sua legítima liberdade.

A atitude do indivíduo, seja ela virtuosa ou viciosa, deve ser ligada diretamente ao uso da liberdade, uma vez que tais atitudes brotam de iniciativas do indivíduo moral que, diferente dos demais animais, pode escolher agir dessa ou daquela maneira. A responsabilidade do indivíduo quanto as suas ações deve ser analisada a partir de um ato de liberdade, pois somente dessa forma o indivíduo poderá responder, moralmente, pelo que praticou. Portanto, as atitudes do indivíduo, sejam elas virtuosas ou viciosas, devem ser ligadas, diretamente, ao uso da liberdade, desde que tais atitudes brotem de iniciativas do indivíduo moral que pode escolher agir dessa ou aquela maneira e não pela força da coerção.

O homem, como um ser moral deve estar consciente de seus atos, os quais ao serem praticados fazem com que ele seja responsabilizado ou não pelos mesmos desde que tais atos sejam executados com liberdade e não por força externa. Partindo desse pressuposto, conclui-se que não se justifica nenhuma punição

moral ao homem, caso suas atitudes não forem resultantes de uma livre iniciativa. Portanto, somente pelo uso consciente e livre de sua liberdade é que o indivíduo deve e pode ser responsabilizado, pois, nessas condições, ele não pode se desculpar por seus atos praticados em liberdade.

O livre-arbítrio é uma faculdade do ser humano ligada sua identidade sendo, assim, um fator indispensável para a construção de sua história e afirmação da sua individualidade como criatura. Por essa faculdade que lhe é peculiar é possível arguir sobre sua responsabilidade quanto as suas práticas cotidianas. A liberdade humana está ligada a sua racionalidade e, por sua vez, é sua racionalidade que o torna um ser passivo de princípios morais. Os homens diferem das demais criaturas, pois eles dispõem da capacidade de discernir entre o bem e o mal.

3 A necessidade da liberdade, justificada pela dádiva da livre-vontade

O homem tem necessidade de agir e sentir-se livre e o próprio Criador o fez com potencial para isto. Conforme se percebe no diálogo entre Agostinho e Evódio, ao tratarem da questão da vontade humana: “Na verdade, cremos pela fé que o homem foi criado por Deus e formado de modo perfeito, e que foi por si mesmo e por sua própria vontade que se precipitou de lá, nas misérias desta vida mortal” (AGOSTINHO, 1995, p. 54). O ato de desobedecer a Deus a fim de seguir o seu próprio pensamento, mostra que o homem tem a necessidade de fazer valer também sua vontade livre ainda que isto lhe custe amargar as consequências de suas atitudes. “Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (AGOSTINHO, 1995, p. 52). Assim, propõe Agostinho.

O homem pode agir como senhor de sua vontade, desde que o faça com responsabilidade. Nem o próprio Deus se interessa em forçar o homem a tomar alguma atitude que não parta do seu livre arbítrio. Pois,

[...] nossa vontade sequer seria mais vontade, se não estivesse em nosso poder. Ora, por isso mesmo, por ela estar em nosso poder, é que ela é livre para nós. Pois é claro que aquilo que não é livre para

nós é o que não está em nosso poder, ou que não se encontra à nossa disposição (AGOSTINHO, 1995, p.158).

Como ser racional, agindo a partir de tal princípio o homem disporá daquilo que lhe é inerente e o torna diferente dos demais seres criados. No uso de sua liberdade ele poderá revelar-se a si mesmo e marcar sua individualidade e consequente participação na construção do todo, pois,

O homem só é livre enquanto ser racional e disposto a agir como ser racional. [...]. A liberdade consiste em 'dispor de si mesmo'. Mas dispor de si mesmo é impossível, a menos que o indivíduo tenha se libertado do 'exterior' ou 'externo', o que só pode ser levado a cabo quando se reduzem a um mínimo o que antes se considerava como 'necessidades'. Liberdade é, aqui, liberdade para si mesmo (MORA, 2001, p. 408-409).

No âmbito de sua racionalidade, o homem desenvolve sua liberdade à medida que se apropria de suas potencialidades, experimentando a liberdade do seu próprio ser. A partir daí, ele poderá interferir no mundo exterior.

A discussão em torno do tema liberdade e necessidade é bastante arrebatadora uma vez que tais conceitos são abordados de diferentes maneiras por diferentes pensadores. O que não poderia ser diferente uma vez que se trata de um assunto que acompanha a reflexão dos homens no decorrer da história da humanidade, e sua extensão ultrapassa os limites de apenas uma ciência ou campo do saber, como pensa Hobbes, segundo citação de Michel Malherbe:

A controvérsia sobre a liberdade e a necessidade é inesgotável. Uma controvérsia quando não chega a seu termo mistura às razões que agita valores que se opõem. Seu interesse faz com que mesmo o cético, além do gosto pela disputa, tenha outros motivos para se lançar nela. E todos sabem que os valores se nutrem em outros solos que não a filosofia (MALHERBE, 2002, p. 46).

Diante de um tema que carrega consigo tanta implicação, nós, homens modernos, não poderíamos furtar-nos da obrigação de nos voltarmos para sua análise, mesmo por que a liberdade não deixará de incomodar as ciências e os homens, ainda que estes, se pudessem, vivessem sem se preocuparem com ela, se é que isto é possível. O importante é estar consciente de que: tudo que é humano tem seus limites, e isso não poderia ser diferente no tocante a liberdade.

4 O desejo de liberdade e seus limites pelo abuso da vontade livre

O homem como ser dotado de vontade livre tem sua vida dirigida pelas escolhas que faz ao usar de tal capacidade. Isto implicar dizer que não será impedido por Deus quanto o que fazer com sua vontade livre, ainda que essa seja utilizada para não corresponder com aquilo que o Criador espera de suas criaturas, conforme afirma Agostinho:

Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. [...] Ora, seria uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para pecar (AGOSTINHO, 1995, p.74-75).

Apesar da consciência que todo homem deve ter quanto à liberdade de expor suas convicções, cada um deve perceber que suas certezas são limitadas ou relativizadas pelas convicções dos outros. Pois, se apenas um indivíduo se mostra portador de inabaláveis convicções fecha para os demais do direito de opinar, portanto “[...] uma das razões para supressão da liberdade de pensamento e de discussão é a convicção por parte de uns que a sua certeza é uma certeza absoluta” (LAFER, 1980, p. 28). A liberdade do homem é limitada pela liberdade do outro. Ou seja, a garantia da liberdade do outro é o que mantém o direito ao usufruto da minha própria liberdade enquanto ser social.

O problema da liberdade incomoda bastante uma vez que se questiona até que ponto o homem é um ser livre. Seria ele livre ou apenas executa aquilo que lhe é imposto por forças superiores, externas a ele, sendo, portanto, suas atitudes apenas o cumprimento da missão que o compete? Nesse aspecto é importante a posição de Hobbes, segundo Michel Malherbe, pois para ele liberdade e necessidade andam lado a lado. Portanto, sendo o homem um ser livre ele tem a necessidade de agir em liberdade, mesmo que tal liberdade seja dentro dos limites de sua necessidade ou sua humanidade, onde daí pode se movimentar livremente uma vez que

É livre todo ser em movimento que não encontra obstáculo exterior. Esta definição bastante geral vale igualmente bem, e de maneira unívoca, para os seres inanimados, os animais sem razão e as criaturas razoáveis. Diz-se que um rio é livre quando seu curso não é

impedido; que um animal é livre quando pode mover-se como quer; que um homem é livre quando o poder que tem para realizar seus fins não é contrariado. O obstáculo é sempre exterior; quando o impedimento é interior, não dizemos do ser em questão que não é livre, mas que não tem o poder de fazer isso ou aquilo. Ele não tem liberdade relativamente a si mesmo. E, quanto a isso, o homem não tem na natureza um caráter especial (MALHERBE, 2002, p. 64).

Portanto, é impossível para o homem não nutrir-se do desejo de liberdade, pois isso faz parte de sua constituição. Ele é um ser aí que por meio da liberdade rumo para o ser que ainda não é, e o curso do seu agir o leva a cada instante a se descobrir no uso da sua liberdade.

5 Liberdade racional e Objetividade histórica

A liberdade só pode ser explicada por meio da racionalidade e é isto que faz com que o homem, que é diferente dos animais, por ser racional, seja avaliado com o um ser que possui livre vontade. A racionalidade é, portanto, uma característica da raça humana que se manifesta na individualidade de cada homem:

“Ag- E quanto à razão? Não pensas que cada um de nós possui também a sua própria? [...] Ev- Evidentemente, quanto à mente racional, cada um de nós também possui a sua própria” (AGOSTINHO, 1995, p. 94-95).

É por meio por meio razão que o homem pode agir sabiamente e de forma objetiva construir sua história, pois “Deus não deu a sabedoria aos corpos, nem a todos os seres vivos, mas somente às almas racionais” (AGOSTINHO, 1995, p. 115). São essas almas iluminadas pela sabedoria da razão que devem, agindo em conjunto, comandar os rumos de sua história, uma vez que

O homem não pode agir sozinho, isoladamente, pois os homens, se querem conseguir algo no mundo, precisam atuar conjuntamente. É do agir em conjunto que nasce o poder, entendido como um recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum de ação (LAFER, 1980, p. 30).

O desejo de liberdade está nas entranhas da raça humana e isso se manifesta em todas as suas aspirações durante toda a sua vida, quando se ver diante de situações as mais diversas possíveis, tendo que tomar decisões das quais depende o seu presente e, conseqüentemente, sua permanência futura. Apesar de

se poder ter liberdade como forma de independência do outro, isso não deve levar a crer que se tenha liberdade desassistida, ou seja, há campos de limites para nossa atuação enquanto seres livres. É o curso determinado por Deus para onde as águas do rio devem jorrar e se por acaso algum empecilho houver para impedir tal curso, cabe ao homem, no uso de sua liberdade com responsabilidade, superar os obstáculos. O grande desafio posto para o homem moderno é saber conviver em coletividade ao tempo que se pode usar da liberdade, sem que com isso interfira no igual direito à liberdade do outro. Marilena Chauí, ao tratar sobre a questão da liberdade e possibilidade objetiva afirma:

A Liberdade é a consciência simultânea das circunstâncias existentes e das ações que, suscitadas por tais circunstâncias, nos permitem ultrapassá-las. Nosso mundo, nossa vida e nosso presente formam um campo de condições e circunstâncias que não foram escolhidas e nem determinadas por nós e em cujo interior nos movemos. No entanto, esse campo é temporal: teve um passado, tem um presente e terá um futuro, cujos vetores ou direções já podem ser percebidos ou mesmo adivinhados como possibilidades objetivas. Diante desse campo, poderíamos assumir duas atitudes: ou a ilusão de que somos livres para mudá-lo em qualquer direção que desejarmos, ou a resignação de que nada podemos fazer. Deixado a si mesmo, o campo do presente seguirá um curso que não depende de nós e seremos submetidos passivamente a ele [...]. A liberdade, porém, não se encontra na ilusão do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e novos sentidos a partir do que está dado (CHAUI, 2000, p. 466-467).

É evidente que ao ser colocado em contato com o mundo o indivíduo já o encontra de certo modo estabelecido, porém, como o homem é um ser histórico, por meio do seu potencial enquanto ser cultural que age no meio em que vive. No uso da sua liberdade com racionalidade, ele pode contribuir para transformação do ambiente no qual vive, pois sua história é e sempre deve ser construída por ele mesmo no tempo e no espaço, ainda que cada indivíduo utilize de forma variada sua liberdade com racionalidade, pois

Se as circunstâncias formam os indivíduos, estes também criam as circunstâncias [...] Existem vários níveis de interdependência entre a vida privada e o contexto social mais amplo. O indivíduo está, de alguma maneira, condicionado por decisões e escolhas que ocorrem fora do seu alcance, em outros níveis da sociedade [...] As decisões de um indivíduo podem levá-lo a se destacar em certas situações

históricas... [porém] não existem determinismos históricos ou sociais que tornam alguns indivíduos mais “especiais” que outros, pois a história de uma sociedade é feita por todos os que nela vivem. Desde o nascimento, estamos presos à relações que foram estabelecidas antes de nós e que existem e se estruturam durante nossa vida (CHAUI, 2000, p. 472).

A partir dessas proposições, percebe-se que não é pelo fato de ser colocado em um mundo que aparentemente já está acabado, que o indivíduo deve se omitir da sua responsabilidade na construção da história da humanidade, como também da sua própria história. Cabe a cada ser humano, no uso da liberdade com responsabilidade, fazer a roda da história continuar a girar.

6 A liberdade como lugar ideal para manifestação da razão

Na escala dos seres criados somente o homem se destaca como um ser que sabe que sabe, e isto é que o torna diferente e superior aos demais seres vivos. O homem não é apenas um ‘ser aí’. Há nele algo que o lança para frente em busca de sua verdadeira identidade. Conforme bem assegura Agostinho, “Ora, essa superioridade não a descobrimos nos corpos. Assim, como nos pareceu, reside na alma. E não encontramos para ela outro nome mais adequado do que a razão” (AGOSTINHO, 1995, p. 48-49). A razão do homem, portanto, o faz impar dentre as demais criaturas, pois por ela, no uso livre de sua vontade, o indivíduo se manifesta a si mesmo e aos outros, descobrindo-se a cada ato livre. Por isso “[...] nenhuma condição social pode ser tida como independente da vontade racional dos homens e, enquanto tal, suscetível de transformações” (LAFER, 1980, p. 32).

A importância da discussão filosófica em torno da liberdade tem ganhado um enfoque cada vez mais abrangente, uma vez que a mesma vai desde o âmbito da ética e da antropologia, se cristalizando no decorrer dos tempos como uma característica não apenas diferenciadora da raça humana, mas também como fator decisivo na construção da história das sociedades nas quais os indivíduos por atos de liberdade fazem suas escolhas e assim constroem suas vidas, o que comprova que:

A liberdade é um dos temas mais atraentes, fascinantes e centrais das ciências humanas, situando-se entre as mais importantes à filosofia. Constitui-se em um tema-chave da discussão tanto da ética quanto da

antropologia. Na modernidade, a liberdade assume uma importância sobressalente, dando-lhe relevo e acento especial (Nodari e Bartelli, 2010, p. 66).

Por meio do uso da razão o indivíduo pode romper todos os entraves que prende os homens, levando-os a não interferir no rumo da sua história, deixando-os presos a um ‘determinismo’ cuja força só pode ser vencida pela luz da liberdade, cujos raios dissipam as trevas da ignorância, permitindo ao ‘ser aí’ marchar rumo ao ‘ser’ de fato, sendo a liberdade, portanto, o lugar por excelência da manifestação da razão libertadora, elemento central na construção da história dos homens, conforme afirmam Nodari e Bartelli (2010):

Há uma crença muito forte na razão. A razão busca desligar-se de todos os jugos da autoridade e do poder da tradição. Inerente ao conceito e à concepção do Iluminismo está muito presente a ideia de progresso, a ideia de um movimento que caminha para a maioridade. É o processo de emancipação (Nodari e Bartelli, 2010, p. 67).

É, portanto, no uso da razão que a liberdade vai poder se manifestar de forma responsável e proporcionar ao ser humano o maior e mais nobre progresso: o avanço do ‘ser aí’ ao verdadeiro ‘Ser’, fonte de plena liberdade.

7 O uso irracional do livre-arbítrio como causa de punições

Detentor da vontade livre, o homem pode submetê-la ao vício ou a virtude trazendo com isso respectivamente punições ou louvações. O livre arbítrio que pode ser usado pelo homem perante todas as situações que a ele compete decidir será sempre o responsável por suas boas ou más escolhas, sem que com isso seja atribuído ao Criador a culpa ou injustiça pelos castigos daí advindos. O que o homem plantar, deverá também colher, pois este não é obrigado a tomar nenhum partido sobre o que fazer ou como fazer a semente da semente posta em suas mãos num momento de plantar um ato livre. Pois, segundo Agostinho,

As almas estão sujeitas a um castigo merecido por seus próprios pecados, sem que seja atingida em nada a integridade, a justiça e a irreduzível firmeza e imutabilidade do Criador, em sua natureza e majestade. Porque os pecados, como já expusemos longamente, não devem ser atribuídos senão à própria vontade. E não é para se buscar outra causa além dessa (AGOSTINHO, 1995, p. 224).

Pelo fato de possuir livre arbítrio, o homem nunca deve se esquivar das suas responsabilidades. A razão que a ele foi concedida pode conduzi-lo a agir de forma acertada, desde que ele a utilize de forma adequada, pois disso depende o seu bem ou mal.

Não é pelo fato dos homens serem portadores de uma racionalidade, que esse seja autônoma no seu agir em cada indivíduo. Compete a cada um disciplinar sua vontade à luz da razão, a fim de que essa vontade seja conduzida pela boa deliberação da razão, assim poderá evitar possíveis punições.

8 A liberdade manifesta pelo livre-arbítrio deixa o homem livre para ofender o próprio Criador

Se Criador planejasse que as suas criaturas humanas lhe devotassem total submissão aos caprichos, as teria criado como robôs, desprovidos de vontade livre. Não somos fantoches nas mãos de um artista. Somos livres para ofender até mesmo aquele que nos deu o poder de decisão, pois

111

Deus, ainda que detentor e fonte de todo querer e poder, não interfere no bem maior que ele mesmo deu aos homens: a livre vontade; [...] sem sermos forçados por ninguém, nem por agente superior, nem inferior, nem por igual, não pecamos senão por nossa própria vontade? [...] Que cessem esses lamentos e não censurem ao Criador! Pois, criando-os, Deus não os forçou a pecar, visto que lhes deu o poder de os cometer, caso o quisessem (AGOSTINHO, 1995, p. 159 e 165).

Portanto, somos responsabilizados por todas as nossas ações, devendo-nos assumir enquanto seres de livre vontade.

Deus mantém mesmo presciente de tudo, o seu propósito de permitir ao homem o usufruto de sua livre vontade, ainda que isso custe uma justa punição pelo mau uso da mesma. A divindade criadora do homem conhece o fim desde o começo. Mesmo sendo presciente não interfere no livre arbítrio de suas criaturas, pois dessa forma estaria violando uma lei que ela mesma estabeleceu. Portanto, se fosse criado sem a vontade livre o homem seria como qualquer outro animal, se o Criador interferisse em sua vontade livre levando o homem a fazer apenas aquilo

que ele desejasse, não se podia falar em ser racional e, portanto, passivo de ser responsabilizado por suas ações. Para Agostinho, “Não há contradição a que saibas, por tua presciência, o que outro realizará por sua própria vontade. Assim Deus, sem forçar ninguém a pecar, prevê, contudo, os que hão de pecar por própria vontade” (AGOSTINHO, 1995, p.160). A presciência divina e sua soberania andam juntas, a despeito da incapacidade humana de compreender esse mistério.

9 Considerações finais

A liberdade manifesta no uso do livre-arbítrio mostra que o homem é uma criatura misteriosa que não pode ser relegada a simples objeto do capricho divino. No uso do seu livre-arbítrio, o homem pode gerir o mundo no qual está inserido, construindo sua própria história, sem estar preso à forças sobrenaturais.

Viver sem liberdade não seria viver com intensidade. A própria iniciativa dos homens no tocante a discussão se eles são ou não são livres já reflete uma centelha de liberdade. Pois, é no uso da racionalidade, que opera melhor no âmbito da liberdade, seja ela física ou, principalmente, intelectual, que os homens se difere dos demais seres criados e assim pode deixar sua marca na história e não somente isto, mas, principalmente, tornarem-se o que de fato são.

As ideias aqui trabalhadas, fruto das contribuições dos autores abordados, ainda que de modo sucinto, são úteis por lançar uma reflexão sobre conceitos tão vastos e desafiadores com o livre-arbítrio e a liberdade.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

LAFER, Celso. **Ensaio sobre a liberdade**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

MALHERBE, Michel. **Liberdade e necessidade na filosofia de Hobbes**. Cad. Hist. Fil. Ci., Série 3, v. 12, n. 1-2, jan.-dez. 2002, p. 45-64.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NODARI, Paulo César & BARTELLI Gerson. **O conceito de liberdade na antropologia Filosófica de Lima Vaz.** Teocomunicação, v. 40, n. 1, jan./abr. 2010, p. 65-89.

